

SIMPÓSIO AT134

ESTUDO DA MORFOLOGIA VERBAL DO IMPERATIVO: O FENÔMENO DO USO DE FORMAS VARIANTES

FAVARO SEQUINI, GISELA

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp/Araraquara

giselasfavar@gmail.com

Resumo: Este trabalho objetiva realizar a análise da estrutura morfológica no processo da flexão verbal das formas imperativas em Português Brasileiro (PB), com a finalidade de mostrar que os paradigmas retratados nos estudos tradicionais não revelam as especificidades reais do sistema da flexão verbal do PB. Após a coleta dos dados, são analisadas as estruturas morfológicas das formas verbais imperativas encontradas, tendo como embasamento teórico as reflexões desenvolvidas por Wiese (2003), que aborda o estudo da morfologia sob o aspecto do paradigma a partir de estudos já postulados por Matthews (1974). Verificamos que as formas denominadas de imperativas são formadas, em grande parte dos verbos, pelo tema (radical + vogal temática), p.ex: vend-a, ou somente pelo radical em formas do tipo traz-. É possível notar que não há o acréscimo das desinências de modo-tempo e número pessoa, assim, morforlogicamente, podem ser consideradas formas neutras, não-marcadas, nem finitas e nem infinitas. Pretendemos analisar o fenômeno da variação entre formas indicativas e subjuntivas, para expressar ordens e pedidos, a partir de uma perspectiva morfológica, visando trazer uma maior compreensão acerca da estrutura do sistema flexional verbal do português atual.

Palavras-chave: Imperativo; Morfologia; Flexão-Verbal.

Abstract: This paper aims at analyzing the morphological structure in the process of verbal inflection of imperative forms in Brazilian Portuguese (PB), in order to show that the paradigms portrayed in the traditional studies do not reveal the real specificities of the PB verbal inflection system. After the data collection, the morphological structures of the imperative verbal forms are analyzed, having as theoretical background the reflections developed by Wiese (2003), which approaches the study of morphology under the aspect of the paradigm from studies already postulated by Matthews (1974). We have verified that the so-called imperative forms are formed, in a large part of the verbs, by the theme (radical + thematic vowel), eg, sell it, or only by the radical in forms of the type traz. It is possible to note that there is no addition of the mode-time and number person endings, thus, morphologically, they can be considered neutral, unmarked, neither finite nor infinite forms. We intend to analyze the phenomenon of variation between indicative and subjunctive forms, to express orders and requests, from a morphological perspective, aiming to bring a greater understanding about the structure of the verbal flexural system of the present Portuguese.

Keywords: Imperative; Morphology; Verbal Inflection.

Introdução

Todos concordam que é necessário descrever a língua em novos moldes, sobretudo quando tratamos do sistema linguístico do português brasileiro. Assim, este estudo nasceu através do reconhecimento da necessidade de se elaborar um novo manual acerca da morfologia flexional dos verbos em português, uma vez que os postulados presentes, sobretudo nas gramáticas tradicionais, apresentam o paradigma verbal como um sistema fechado e que deva ser memorizado.

Ao nos basearmos em afirmações do tipo “a língua portuguesa é uma continuação ininterrupta, no tempo e no espaço, do latim levado à Península Ibérica pela expansão do império romano”, tal como propõe Bechara (2009) e tantos outros estudiosos da língua, para descrever e explicar o funcionamento linguístico do português, em especial do PB, acabamos muitas vezes negligenciando fatos e informações que os dados da língua possam revelar.

Neste sentido, pretendemos com este estudo realizar a análise da estrutura morfológica no processo da flexão verbal das formas imperativas em Português Brasileiro (PB), com a finalidade de mostrar que os paradigmas retratados nos estudos tradicionais não revelam as especificidades reais do sistema da flexão verbal do PB, sobretudo quando trata-se do fenômeno da variação.

1. Variação e mudança

Faraco (2008) afirma que a representação da norma culta vista como superior e melhor que as demais fazem com que muitos confundam essa norma com a língua e os faz considerar que todas as outras variedades são deturpações. Para o autor, qualquer língua é sempre heterogênea e repleta de variedades. Como mostra a linguística histórica, as mudanças não alteram a “plenitude estrutural de nenhuma das variedades da língua. Elas passam por contínuas reconfigurações estruturais e nunca perdem seu caráter estruturado” (FARACO, 2008, p.75).

A norma culta, como entende Faraco (2008), é mais uma das variedades da língua, com funções sócio culturais bem peculiares e seu prestígio é decorrente de processos sócio históricos que vão ao longo dos tempos agregando valores a ela. De acordo com o autor, do ponto de vista gramatical, as variedades (as normas) se equivalem, ou seja, são totalmente organizadas.

Segundo Naro e Scherre (2007, p.26), bem antes da chegada dos portugueses ao Brasil, a nação portuguesa já apresentava uma história de contato com povos que não dominavam sua língua. Do século VIII até o século XI, uma parte de Portugal era ocupada por árabes e durante o período da Idade Média os portugueses participaram das Cruzadas, o que proporcionou contato direto com diversos povos da Europa, África e Oriente Médio.

Sobre a variação do uso do imperativo, Scherre (2004) considera que não existe estigma social relacionado ao uso do imperativo na forma indicativa ou subjuntiva. Para a autora, “as duas formas não são marcadas de prestígio e nem são usadas como estereótipos do suposto mal falar” (SCHERRE, 2004, p.225). A autora argumenta que é possível observarmos em textos de jornais, revistas, cartazes, letreiros, etc., construções sintaticamente imperativas, mas com verbos na forma subjuntiva como é possível observar nos exemplos:¹

(1) CORRA, SALTE, ANDE E DEIXE DE FUMAR. (Correio Brasiliense, 25/6/1999, Mundo, p.4);

(2) EVITE O CONSUMO EXCESSIVO DE ÁLCOOL - PROIBIDA A VENDA PARA MENORES DE 18 ANOS (Rótulo de aguardente de cana mineira Tira Mágoa, 2001);

(3) LEIA COM ATENÇÃO (Propaganda da cartomante brasiliense Dona Júlia, 2001).

¹ Exemplos retirados de Scherre (2004, p.221).

Para a autora, embora os enunciados imperativos da escrita sem a presença do diálogo possuam uma correlação muito próxima com a norma da gramática, este fato não ocorre porque os redatores teriam tido consciência de estar escrevendo conforme a norma estabelecida, mas sim porque “para transmitirem inequivocamente a mensagem imperativa, os redatores têm basicamente a opção de usar o verbo na forma subjuntiva” (SCHERRE, 2004, p.221).

Scherre (2004) ainda acrescenta que se os enunciados fossem redigidos com o verbo na forma indicativa, as sentenças poderiam não ser interpretadas como imperativas, no seu papel de aconselhar, sugerir, persuadir, ordenar e suplicar, sem sujeito sintaticamente exposto. A autora expressa que a variação do uso do imperativo não se limita à língua falada e como já vimos é amplamente notável em diálogos de revistas em quadrinhos, em diálogos de obras de escritores, letras de músicas, poesia, etc.

Borges (2004), em sua dissertação de mestrado, trabalhou com formas verbais imperativas em tiras de jornais de grande circulação. As conclusões da autora nos direcionam para a eficácia comunicativa das formas variantes, pois são bastante usadas em situações de diálogos, situações predominantes nas tiras analisadas por Borges (2004).

O argumento da autora para o uso das formas variantes, sobretudo a forma indicativa, é o fato de estarmos caminhando para certa obrigatoriedade do uso do sujeito no PB, “o que resulta em não serem mais necessárias formas distintas para o imperativo e o indicativo” (BORGES, 2004, p.141). De acordo com Borges (2004), “uma forma indicativa com pronome sujeito indicaria o presente do indicativo. Já uma forma indicativa sem sujeito exposto seria interpretada como uma ordem; o imperativo, então, seria caracterizado principalmente por não ter sujeito”. Partindo para argumentos históricos para reforçar seu ponto de vista, a autora retoma o fato de já se usar o indicativo no latim em lugar do imperativo e no latim vulgar já haver uma “confusão” entre indicativo e imperativo, que, de acordo com Maurer Jr. (1959), está associada ao uso da 2ªps em latim vulgar. Para ele, o imperativo afirmativo da 2ªps

também era possível de ser encontrado na forma subjuntiva. Câmara Jr. (1975 [1970], p.138) também reforça esta ideia ao afirmar que “havia aproximação entre os usos do imperativo e do subjuntivo latinos [...], uma vez que a forma subjuntiva era usada nos contextos em que se deveria usar o imperativo para se atenuar a ordem; isso acontecia tanto no Latim Vulgar como no Clássico”.

Scherre (2005, p.123) constata que o uso da forma do imperativo associado à forma indicativa pode ser vastamente observado em diálogos de revistas de histórias em quadrinhos, diálogos de obras de inúmeros escritores, letras de músicas, estrofes de poesias, etc. De acordo com a autora, a variação da forma imperativa transita de um polo ao outro, ou seja, podemos encontrar uma ausência quase que absoluta de imperativo na forma indicativa na fala de personagens estrangeiros, como por exemplo, o Tio Patinhas, até sua presença quase absoluta nas falas de personagens brasileiros, como o famoso representante nativo da área rural criado por Maurício de Souza, o Chico Bento.

Para a autora, em textos de outros gêneros a riqueza da variação das formas verbais imperativas é ímpar. Scherre (2005, p. 123-124) afirma que:

Diálogos de múltiplas versões da história infantil de Chapeuzinho Vermelho só vão apresentar mais formas imperativas associadas ao indicativo na pena de Maria Clara Machado, escritora carioca. Da mesma forma, Nelson Rodrigues, recifense de nascimento e carioca de formação, privilegia a manifestação do imperativo nas formas indicativas [...]. No verso, Carlos Drummond de Andrade dá preferência ao imperativo nas formas indicativas; na prosa privilegia o imperativo nas formas subjuntivas [...]. Em *Tieta do Agreste*, Jorge Amado exacerba o uso do imperativo nas formas subjuntivas; em *Capitães de Areia*, apresenta leve tendência pelas formas indicativas.

Neste sentido, de acordo com Scherre (2005) , podemos dizer que o uso das formas variantes, sobretudo das formas indicativas pelas imperativas, não está relacionado somente com critérios de ordem política e social. Suas ocorrências são relacionadas a fatores de natureza linguística já expostos no

início desta seção (efeito do tipo de pronome, da posição e da pessoa do pronome átono, da natureza afirmativa ou negativa da oração, etc.).

3. Imperativo e o uso de formas variantes – perspectiva morfológica

As gramáticas tradicionais descrevem o imperativo como uma forma do verbo dentro do paradigma de conjugação, a saber uma forma de modo ao lado de indicativo e subjuntivo. Sobre a composição formal do modo imperativo, segundo Cunha e Cintra (2008) e Bechara (2009), temos a seguinte situação: o imperativo afirmativo deriva do presente do indicativo a 2ª pessoa do singular e a 2ª pessoa do plural, mediante supressão do -s final (*cantas > canta; cantais > canta*). As demais pessoas são extraídas do presente do subjuntivo (*cante, cantemos e cantem*). Já o imperativo negativo é formado a partir do presente do subjuntivo com o acréscimo da palavra não antes das formas verbais conjugadas (*não cantes tu, não cante você, não cantemos nós, não canteis vós e não cantem vocês*).

Entretanto, o paradigma retratado nos estudos tradicionais não revela as especificidades reais do sistema. As formas denominadas de imperativo são formadas, em grande parte dos verbos, pelo tema (radical + vogal temática), p.ex: *vend-a*, ou somente pelo radical em formas do tipo *traz*. É possível notar que não há o acréscimo das desinências de modo-tempo e número pessoa, assim, morfológicamente, pode ser consideradas formas neutras, não-marcadas, nem finitas e nem infinitas (cf. Bredel/Lohnstein, 2001).

Em função de serem as formas mais neutras do sistema, elas podem ser utilizadas para expressarem ordens ou comandos. Os imperativos, de acordo com Deppermann (2006), são formas econômicas usadas em contextos em que é relevante os interlocutores se comunicarem com rapidez e eficiência, já que se encontram envolvidos em um “jogo discursivo co-construído” por assim dizer. Já atos de fala diretivos não-preparados, inseridos em contextos que não requerem tanta rapidez e economia e executados entre interlocutores ainda não envolvidos em um jogo discursivo comum, são formulados de preferência com formas não-imperativas.

O sistema oferece, neste sentido, aos falantes, outros meios para exprimir os diversos sentidos apresentados pelo imperativo (ordem, comandos, etc), como ilustram os seguintes exemplo extraídos de Cunha e Cintra (2008):

(4)

a) presente do indicativo: *O senhor me traz o dinheiro amanhã.* (= *Traga-me o dinheiro amanhã.*)

b) futuro do indicativo: *Tu irás comigo!* (= *Vem comigo!*)

c) pretérito imperfeito do subjuntivo: *Se você se calasse!* (= *cale-se!*)

d) infinitivo impessoal: *Marchar!, Direita, volver!, Sublinhar os verbos do texto.*

e) gerúndio (aparece em construções elípticas e frequentemente na linguagem popular): *andando!*; *correndo!*, etc.

O uso das formas finitas (p.ex. do subjuntivo) pode, como nota-se nos exemplos anteriores, serem usadas para efetuar atos de fala diretivos. Tais formas podem ter a tendência de se transformarem em imperativas diacronicamente (um fenômeno de gramaticalização).

Segundo Castilho e Elias (2012), estas alterações sobre a gramática do português brasileiro foram “tsunâmicas”. Para eles, o imperativo tradicional foi “engolido pelas águas, e hoje não passa de um jogo entre formas do indicativo e formas do subjuntivo”. Para os autores, de forma aparente, utilizamos o indicativo com valor de imperativo quando há uma relação de simetria entre os locutores: *Deixa disso!* (relação de simetria, proximidade). Entretanto, se o ambiente ou a situação exigir mais respeito ou formalidade dá-se preferência para as formas do subjuntivo: *Deixe disso!* Porém, quando trata-se do uso 3pl, usa-se exclusivamente a forma do subjuntivo com o valor de imperativo, p.ex: *Cantem o hino nacional com respeito!*, *Escrevam com atenção o texto!*. O indicativo restringe-se à forma da 3pl: *Fala mais baixo!*, *Coma logo a maçã!*.

Assim, as formas imperativas podem ser sincretizadas com outras formas em grande parte do sistema. Embora haja, no paradigma da GT alguns verbos (ser, ir, querer, estar e dar) que possuem uma forma distinta para assinalar o imperativo, p. ex. sê (verbo ser) elas não são marcadas atualmente no PB tanto na fala quanto na escrita. Com isso, no PB não é identificada uma forma (plano discursivo-semântico) exclusiva para representar os atos de fala do tipo ordem, pedido ou mandamento.

Tendo em vista a reflexão apresentada acima, nota-se, que em termos de função o imperativo é tido como um modo, embora pela sua composição formal fica evidente que ele não tem nenhuma característica que o enquadre nesta classificação postula pelos estudos tradicionais.

Conclusões

De acordo com Borges (2004, p.140), a fragilidade do modo imperativo pode estar relacionada com a falta de sua produtividade funcional, uma vez que há várias outras formas com a mesma função, como, por exemplo, o uso do presente do indicativo. Para a autora, tanto na dimensão sincrônica quanto na diacrônica, já havia uma abertura para que o modo indicativo pudesse penetrar no campo de ação do imperativo.

Vendo fenômeno da variação do imperativo, a partir de uma perspectiva morfológica, O “modo imperativo se enquadra na categoria de formas finitas dos verbos em PB, uma vez que as formas denominadas de imperativo são formadas, em grande parte dos verbos. É possível notar, como fora exposto anteriormente, que não há o acréscimo das desinências de modo-tempo e número pessoa, assim, morfológicamente, podem ser consideradas formas neutras, não-marcadas, nem finitas e nem infinitas, sendo umas das possibilidades que o sistema nos oferece para indicar desejo, ordem ou pedido.

Referências

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37.ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2009.

BORGES, P. R. **Formas verbais imperativas em tiras de jornais paulistas**. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras Unesp/Araraquara, 2004.

CASTILHO, A. T. de; ELIAS, V. M. **Pequena Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DEPPERMAN, A. Construction Grammar – Eine Grammatik für die Interaktion. In: DEPPERMAN, A; FIELHER, R.; SPRANZ-FOGASY, T. (orgs.). **Grammatik und Interaktion**. Rodolfzell: Verlag für Gesprächsforschung, 2006, 43-65.

FARACO, C. A. **Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

LOHNSTEIN, H.; BREDEL, U. Zur Ableitung von Tempus und Modus in der deutschen Verbflexion. In: **Zeitschrift für Sprachwissenschaft** 20.2, 2001, p. 218-250.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

SCHERRE, M.M.P; **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito**. 2.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

_____. Norma e uso: o imperativo no português brasileiro. In: DIETRICH, W.; NOLL, V. (Org.) **O português do Brasil: perspectivas da pesquisa atual**. Madrid: Iberoamericana, 2004. p.231-260.